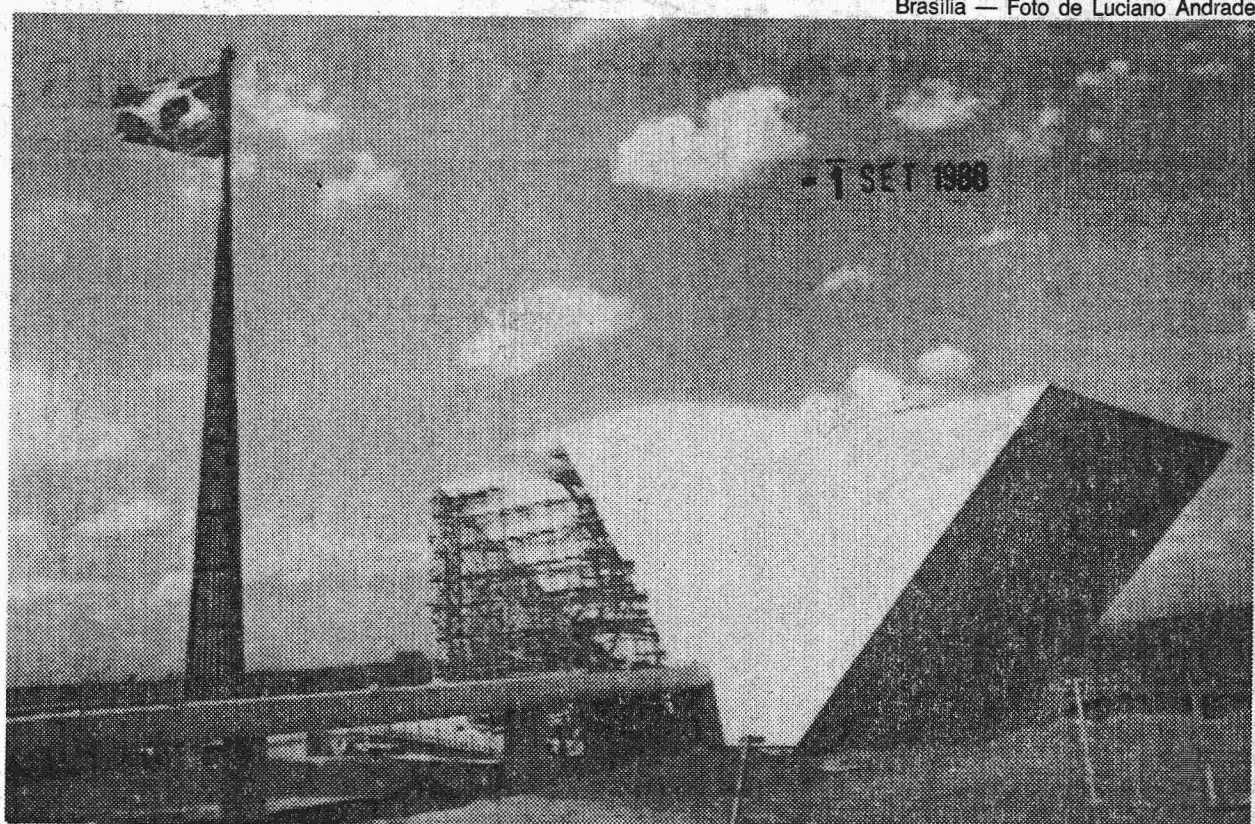




Na Praça dos Três Poderes, só ficará o Panteão da Pátria, em construção

Mastro gigante de Brasília muda até o Dia da Bandeira

Brasília — A decisão do governador José Aparecido de retirar do centro da Praça dos Três Poderes o mastro com a bandeira nacional que simbolizou, na arquitetura da capital federal, a partir de 1971, o ufanismo do regime militar, foi precedida de amplas consultas a setores militares da Nova e da Velha República — de onde se supunha partirem as maiores resistências a que se mexesse no monumento. Até o próximo dia 19 de novembro — Dia da Bandeira — o mastro já deverá estar colocado em novo local, no Parque Rogério Pithon Farias, que passará a se chamar Parque da Bandeira.

As principais consultas feitas por José Aparecido foram aos generais Rubem Ludwig, Otávio Costa e Toledo Camargo. Os três, que em 1970 eram jovens coronéis, são os pais do monumento da Praça dos Três Poderes. Não houve, da parte deles, nas conversas com o governador de Brasília, nenhuma oposição à transferência do mastro. Posteriormente, o problema foi debatido também com o Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, e com o chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes. Ambos concordaram com a solução proposta por Aparecido.

Alterações

A verdadeira origem do mastro da bandeira foi contada a José Aparecido pelo general Toledo Camargo, ex-porta-voz do governo Geisel, e surgiu com a Copa de 1970. A legislação da época era muito restritiva às formas de utilização da bandeira nacional, o que levou um grupo de jovens oficiais a idealizar mudanças na lei que permitissem a expansão do verde-amarelo como cores populares. A vitória da seleção brasileira na Copa do México foi o pontapé inicial da utilização da bandeira nas ruas e os militares queriam ver mantidas essas manifestações.

O propósito dos militares, segundo frisou o general Toledo Camargo, era justamente o de liberalizar a legislação sobre o uso dos símbolos nacionais. Coube ao coronel Rubem Ludwig a

idéia de colocar na Praça dos Três Poderes uma bandeira nacional permanentemente hasteada, que simbolizaria a pátria ao lado dos poderes da República — Executivo, Legislativo e Judiciário. A idéia foi aprovada e remetida, para execução, ao então governador de Brasília, Hélio Prates da Silveira.

Quando retornou ao Palácio do Planalto, o projeto original de Ludwig tinha sido alterado e se tornara o monumental mastro que afinal foi construído em 1971, com 109 metros de altura, ficando sobre 23 hastes de aço que simbolizam os estados brasileiros. A imponência do projeto do governador Hélio Prates foi bem recebida pelo governo, que acabou patrocinando a obra.

Agora o mastro está com seus dias contados na Praça dos Três Poderes. A construção do panteão da pátria — que originalmente se chamaria panteão da democracia — completa a arquitetura da praça, que será tombada. Não houve resistências também, como se supunha, por parte do arquiteto Sérgio Bernardes, autor do monumental projeto. Há cerca de um mês, o arquiteto visitou seu colega Oscar Niemeyer no escritório deste, na Avenida Atlântica, no Rio, para dizer que entendia a remoção de sua obra para outro local.

Além de eliminar um símbolo do regime passado incrustado no centro da capital do país, a remoção do mastro da bandeira serviu para que o governador José Aparecido resolvesse outro problema de Brasília: a mudança do nome do principal parque da cidade, que foi batizado em homenagem ao filho do ex-governador Elmo Serejo Farias, Rogério Pithon Farias, morto em acidente de automóvel e de quem não se tem notícia de qualquer contribuição que o fizesse merecedor da homenagem.

— A bandeira nacional agora terá um local especial para ser colocada, onde poderá ser visitada pelas pessoas como símbolo máximo da nação — disse o governador Aparecido, satisfeito depois de meses de articulações para transferir o mastro.